

Quarta-feira, 22 de janeiro de 1986 — GAZETA M

## • Política

*Assemb*  
CONSTITUINTE

# Comissão está dividida entre três propostas de regime de governo

por Walter Diogo  
do Rio

Três propostas estão dividindo as opiniões dos membros da comissão provisória de estudos constitucionais sobre o regime de governo que o Brasil adotará: o parlamentarismo clássico (modelo inglês), o parlamentarismo adaptado ao Brasil, também chamado de "presidencialismo atenuado", e o presidencialismo puro.

A divisão entre as três tendências ficou clara na reunião de ontem, no Hotel Glória, no Rio, constatando-se também que apenas um membro está defendendo com ênfase o presidencialismo: o professor Cláudio Lacombe. A maioria dos integrantes dos comitês que discutem o Poder Legislativo, o Poder Executivo e os partidos está favorável ao parlamentarismo.

A comissão ainda não tem nada decidido. Ela está recolhendo subsídios de diversos setores da sociedade e estudos elaborados pelos membros. Algumas dessas propostas foram discutidas durante a tarde de ontem por três comitês, em dois salões separados. O comitê, coordenado pelo ex-senador Mário Martins e que discutia a declaração de direitos do cidadão do Estado e a organização social, realizou uma reunião aberta à imprensa e promoveu um debate bem-humorado e quase não teve tempo de analisar as muitas contribuições recebidas. Já o comitê que discutiu o regime de governo realizou uma reunião fechada à imprensa, polêmica e tensa. Embora mais de 80% dos participantes defendam o parlamentarismo, as tendências são muito radicais. O ex-senador Paulo Brossard, por exemplo, disse que não aceita essa idéia de parlamentarismo adaptado. Em sua opinião, o parlamentarismo é uma proposta para valer e só deve ser adotado com base na forma clássica, como existe, atualmente, na Inglaterra e em outros países da Europa.

O professor Hélio Jaguaribe também defende o parlamentarismo, mas não quer nada parecido com o

projeto clássico inglês e muito menos com o sistema liberal proposto pelo jurista Miguel Reale. Para Jaguaribe, o parlamentarismo ideal para o Brasil seria um parlamentarismo cameral, seguindo um modelo português. Tanto Jaguaribe quanto Brossard, Cândido Mendes e Miguel Reale acham que o presidencialismo puro é uma fase política que o País já superou, e jamais resolveu os problemas políticos nacionais.

O jurista Miguel Reale disse que sua proposta é simples: o presidente é eleito diretamente e indica o nome do primeiro-ministro ao Congresso, que pode vetar até duas vezes a indicação. Na terceira, ela independe da aprovação. O Congresso pode também substituir o primeiro-ministro seis meses após sua posse, através de um voto de censura. Por esse projeto, o presidente é o chefe de Estado e o primeiro-ministro é o chefe de governo. Segundo Reale, este sistema garante o poder ao presidente, mas impõe uma certa divisão de responsabilidade com o Parlamento. Ele observa que o parlamentarismo é o regime de governo de todas as democracias modernas, que se consolidaram depois da Segunda Guerra.

A reunião da comissão demonstrou também que existem vários temas do debate da Constituinte que deverão ter características bem mais polêmicas do que a questão do regime de governo. Na reunião de ontem, discutiu-se o direito de greve, o direito de aborto, a questão do respeito às minorias, como os homossexuais, e a punição aos crimes de tortura. O professor Cândido Mendes, por exemplo, sugeriu que se configure a tortura como crime contra a humanidade, o que impede o Estado de conceder anistia. Sugeriu também que se reconheça o direito dos homossexuais, como fez, recentemente, a nova Constituição da Espanha. Walter Barelli, diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), defendeu a lei de greve.

*RAC - CPEC*  
*X*